

**BARBÁRIE**

# O TRÁGICO FIM de defensores da Amazônia

Segundo a PF, suspeito confessou que Bruno Araújo e Dom Phillips foram assassinados. Agentes encontraram restos mortais

» TAINÁ ANDRADE

Após 10 dias de buscas pelo indigenista Bruno Araújo e pelo jornalista inglês Dom Phillips, a Polícia Federal anunciou que o pescador Amarildo Oliveira, conhecido como Pelado, confessou o assassinato dos dois. O servidor licenciado da Fundação Nacional do Índio (Funai) e o colaborador do jornal *The Guardian* desapareceram no último dia 5, no Vale do Javari, extremo oeste do Amazonas.

Em entrevista coletiva, o superintendente da PF no estado, Eduardo Alexandre Fontes, afirmou que Bruno e Dom foram mortos no mesmo dia, possivelmente com arma de fogo. Os corpos foram esquartejados e queimados. "O local é de difícil acesso. Os corpos foram enterrados 3,1km mata adentro de onde foram encontrados os objetos. Foram feitas escavações, é um local onde não tem contato telefônico. O agente tem que sair do local para comunicar que há remanescentes humanos", explicou o superintendente.

Segundo Fonte, durante a confissão, o suspeito narrou com detalhes o crime e apontou onde havia enterrado os corpos. "Foi um embate. A princípio, ele (Pelado) alega que foi com arma de fogo, mas temos de aguardar a perícia, porque ela que vai dizer, identificar qual foi a causa da morte, as circunstâncias e a motivação", destacou o superintendente.

Os restos mortais foram enviados para Tabatinga e serão transferidos para Brasília. A previsão é que cheguem hoje à capital federal para passar por identificação no Instituto de Criminalística. Amarildo também indicou a localização e como afundou a embarcação usada pelo indigenista e pelo jornalista.

O suspeito foi preso dois dias após o início das buscas. Por meio de denúncia, ele foi pego em flagrante com drogas e munição calibre 762, de uso restrito do Exército. Além disso, havia vestígios de sangue na embarcação dele, apreendida para análise pericial. O rapaz tinha um histórico de ameaças a Bruno pelo trabalho que ele desempenhava de capacitação dos indígenas para a vigilância do território.

João Lant/AFP



Agentes das forças de segurança chegam, ontem à noite, ao porto de Atalaia do Norte com os restos mortais de Bruno Araújo e Dom Phillips

**» PF reclama de falta de recursos**

Em despacho enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Polícia Federal relatou "dificuldades" em cumprir decisões da Corte que determinam um plano de contenção para a proteção de terras indígenas. A instituição relatou falta de "logística necessária" e de "recursos financeiros para custear a estrutura operacional". O relatório foi juntado aos autos da ação em que o STF proferiu uma série de decisões relativas às terras indígenas. Foi no âmbito dessa ação que o ministro do Supremo Luís Roberto Barroso determinou, na semana passada, que o governo federal adotasse "todas as providências necessárias" para localizar o indigenista Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips.

**Não descartamos a hipótese de outras pessoas estarem envolvidas. Temos muito o que fazer no inquérito para coletar seguramente provas de autoria e materialidade"**

**Guilherme Torres,** delegado da Polícia Civil

Na terça-feira, o irmão dele, Osney da Costa de Oliveira, 41, conhecido como "Dos Santos", também foi preso, sob suspeita de agir com "Pelado" na execução do crime.

Os dois pescadores admitiram que Bruno e Dom foram abordados e mortos no trajeto de barco entre Atalaia do Norte e a Comunidade São Rafael. "Não descartamos a hipótese de outras pessoas estarem



## "Agora, podemos nos despedir com amor"

Após a aguardada coletiva de imprensa feita pela Polícia Federal, na noite de ontem, para relatar o resultado das buscas pelos corpos de Dom Phillips e Bruno Pereira, Alessandra Sampaio, a esposa do correspondente do jornal britânico *The Guardian*, publicou uma carta para falar sobre a perda do marido.

Na entrevista, os agentes confirmaram que restos humanos foram encontrados em uma região remota no Vale do Javari, extremo oeste do Amazonas. O material biológico ainda segue em análise.

Na carta, Alessandra deixa claro que buscará justiça e que a morte de Dom será usada "para que tragédias como essa não se repitam jamais".

"Embora ainda estejamos aguardando as confirmações definitivas, esse desfecho trágico põe um fim à angústia de não saber o paradeiro de Dom e Bruno. Agora podemos levá-los para casa e nos despedir com amor", afirmou Alessandra, na carta. De acordo com ela, agora começa a jornada em busca de justiça. "Espero que as investigações esgotem todas as possibilidades e tragam respostas definitivas, com todos os desdobramentos pertinentes, o mais rapidamente possível", ressaltou.

Ela também agradeceu "o empenho de todos que se envolveram diretamente nas buscas, especialmente os indígenas e a Univaja (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari)".

**Hoje, se inicia, também, nossa jornada em busca por justiça. Espero que as investigações esgotem todas as possibilidades e tragam respostas definitivas, com todos os desdobramentos pertinentes, o mais rapidamente possível"**

**Alessandra Sampaio,** esposa de Dom Phillips

envolvidas. Temos muito o que fazer no inquérito para coletar seguramente provas de autoria e materialidade", afirmou o delegado da Polícia Civil, Guilherme Torres, também presente à coletiva.

Segundo depoimento de Eliásio Moribo, assessor jurídico da União dos Povos do Vale do Javari (Univaja), uma terceira pessoa foi presa pelos agentes após a coletiva. Bruno e Dom percorriam a região do Vale do Javari. O brasileiro orientava moradores da região a denunciar irregularidades cometidas em reserva indígena — como pesca ilegal, mineração e exploração de madeira — e o jornalista estrangeiro acompanhava o trabalho para registrar em livro que pretendia escrever.

**Ausência**

A ausência de indígenas à mesa de entrevistas foi muito criticada, assim como a falta de agradecimentos da PF à colaboração dos povos originários nas investigações.

Após a repercussão Eduardo Fontes pediu desculpas pelo "equivoco" de não ter mencionado o trabalho desses atores, mas pontuou que, quando havia segurança, eles sempre estiveram presentes. (Com Agência Estado)

Reprodução redes sociais



Alessandra: "fim da angústia" de não saber o paradeiro do marido

"Agradeço também a todos aqueles que se mobilizaram mundo afora para cobrar respostas rápidas", acrescentou.

Alessandra finalizou a carta destacando: "So teremos paz quando as medidas necessárias forem tomadas para que tragédias como essa não se repitam jamais".

No último dia 7, Alessandra tinha publicado um vídeo no qual pedia que as autoridades brasileiras intensificassem as buscas. "A gente ainda tem um pouquinho de esperança de encontrar eles. Mesmo que eu não encontre o amor da minha vida vivo... eles têm que ser encontrados, por favor. Intensifiquem essas buscas", apelou, na postagem.

## AMAZÔNIA SEM LEI

# Pressão por troca na Funai

Indignados com a morte de Bruno e Dom, servidores da autarquia exigem que o atual presidente, Marcelo Xavier, seja destituído

» RAFAELA MARTINS  
» TAINÁ ANDRADE  
» ISADORA ALBERNAZ\*

**T**ão logo o grupo de autoridades que investiga o desaparecimento de Bruno Araújo Pereira e Dom Phillips confirmou, em Manaus, que restos mortais que podem ser do indígenista e do jornalista foram encontrados na região do Vale do Javari (AM), um grupo de servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) se reuniu em frente à sede da entidade, em Brasília, para protestar contra o crime e denunciar um progressivo desmonte da autarquia. Eles pediram a saída do presidente da instituição, Marcelo Xavier — a quem acusam ser o principal responsável pela desconstrução da Funai. “Isso não começou hoje. Desde que ele (Xavier) sentou aqui, tem servidor nosso morrendo em campo — e nada foi feito. Não temos o mínimo de segurança para trabalhar”, acusou Guilherme Martins, servidor da Funai.

Os integrantes da autarquia garantem que o presidente da instituição não garantiu a segurança daqueles que estavam procurando o indígenista morto no Vale do Javari. “Enquanto Bruno estava sendo violentamente assassinado no Rio Itui, Marcelo Xavier estava difamando ele em rede nacional. O presidente concedeu duas entrevistas contando mentiras sobre o Bruno. Ele teve o escárnio de lançar um documento oficial difamando o Bruno e criminalizando-o. Xavier não tem o mínimo de dignidade para ocupar a cadeira da Funai. Por isso, os servidores estão em greve. Não aguentamos mais”, salientou Martins.

O servidor da Funai disse, ainda, que “todos nós, indígenas, somos o Bruno, hoje e sempre. A força dele vai continuar ecoando em todos nós, e vai reconstruir a política indígena que o governo desconstruiu”.

### Paralisação

Os servidores da fundação estão em greve nacional desde 13 de junho. Os funcionários exigem, entre outras demandas, a presença da Força Nacional nas três bases no Javari: uma força-tarefa para fazer um rodízio com os servidores que estão no local “dormindo em canoas”, pois a base da Funai está em péssimo estado de conservação e uma reestruturação de Xavier sobre a morte do Bruno.

O presidente da Funai acusou o indígenista de não ter pedido autorização para circular na região onde foi morto com Dom Phillips, no que foi desmentido pela União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) — que apresentou uma série de ofícios mostrando que Bruno tinha sido liberado pela fundação para ir à localidade.

“Estamos em greve pedindo ao ministro da Justiça, Anderson

Torres, que retire o Xavier do cargo e atenda aos nossos pedidos. Tudo pode ser cumprido com uma canetada. A Força Nacional responde ao Ministério da Justiça. A força-tarefa já foi realizada na Funai em diversos espaços, e retratar-se em uma carta é o mínimo que um ser humano pode fazer”, cobrou o representante do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do DF, Gustavo Cruz.

Para Fernando Vianna, presidente da Indigenistas Associados (INA) e coordenador técnico do dossiê intitulado *Fundação Anti-Indígena: Um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro*, a entidade “está capturada pelos interesses anti-indígenas. Esta gestão pegou a missão institucional da entidade e trocou de ponta cabeça, do avesso. Queremos mostrar (o que aconteceu) para sociedade e discutir com atores que têm potencial para tomarem medidas judiciais”.

Os funcionários lembram que o atual presidente da Funai é delegado da Polícia Federal. Em 2017, Xavier foi assessor parlamentar de integrantes da bancada ruralista que atuou na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Funai, que investigou o órgão e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

De acordo com funcionários, atualmente das 39 coordenações regionais da autarquia, 17 são comandadas por militares, três por policiais militares e uma por um policial federal.

Um funcionário da Funai, que preferiu não se identificar, acusa Xavier de utilizar o aparato da PF para intimidar indígenas e indígenas. “Quem trabalha em favor dos indígenas, é afastado. Os servidores que fazem o trabalho direito são atacados”, afirmou.

De acordo com o antropólogo Ricardo Verdum, coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a colocação de figuras de fora do quadro da Funai em postos de comando é uma estratégia explícita de desmonte: “O órgão está completamente controlado por militares. O próprio presidente é delegado da PF e também representa interesses do agronegócio da região do Mato Grosso do Sul”, acusou.

Verdum aponta ainda os antropólogos conhecidos como “contra laudistas” que estão sendo incorporados à Funai desde 2019. Segundo ele, são “pessoas de dentro da ‘nova’ Funai, contrárias à identificação dos territórios indígenas”.

“Não dá para dizer que eles sejam antropólogos. Essas pessoas que estão sendo chamadas para assumir os grupos técnicos não se enquadram na experiência reconhecida pela Associação Brasileira de Antropologia, mas, mesmo assim, a Funai os coloca nessa função”, argumenta Verdum.

\* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Rafaela Martins/CR/D.A. Press



Servidores da Funai cobram do ministro Anderson Torres a saída do presidente do órgão, ao qual acusam de promover o desmonte da autarquia

### Uma dupla apaixonada pelo Brasil profundo

Reprodução/Redes Sociais



Bruno: especialista nos povos do Javari

### Um dos maiores indígenas da atualidade

Considerado um dos maiores indígenas de sua geração, Bruno Araújo Pereira seguia a trilha aberta pelos irmãos Villas-Bôas e de Sydney Possuelo. Fez da região do Vale do Javari (AM) sua principal zona de atuação e pesquisa, local da floresta amazônica onde vivem vários povos originários isolados. Servidor da Fundação Nacional do Índio (Funai), passou mais de uma década na região de Atalaia do Norte e fez profunda amizade com líderes indígenas locais, pelos quais era querido e respeitado. Por causa dessa proximidade, formou, com a ajuda da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, um grupo de vigilantes para tentar conter o avanço da criminalidade e a devastação da localidade — assolada pela economia predatória de estreita ligação com o narcotráfico, de garimpo e pesca ilegais, grilagem de terras públicas e contrabando de plantas e animais para o mercado negro internacional. A atuação de Bruno começou a causar incômodo dentro da Funai quando articulou uma operação contra garimpeiros ilegais, desbaratada pela Polícia Federal. Por causa dela, foi colocado em disponibilidade pela autarquia.

Reprodução/Redes Sociais



Dom: pesquisa sobre as saídas para a Amazônia

### Um caçador de grandes histórias

Dominic (Dom) Mark Phillips estava no Brasil há 15 anos, país ao qual chegou para ficar pouco tempo, mas, diante da complexidade e da desigualdade da sociedade que encontrou, decidiu fixar residência. Nos últimos tempos, vinha trabalhando como repórter free lancer para o diário inglês The Guardian, mas tinha ido à região do Vale do Javari com Bruno Pereira por conta de uma bolsa de pesquisa que recebeu da Alicia Patterson Foundation para o projeto *Como salvar a Amazônia?* Com a ajuda do indígenista, pretendia dar sequência a uma série de entrevistas para tentar apresentar um diagnóstico de uma região há tempos entregue à própria sorte pelos sucessivos governos. Exatamente por ter se tornado uma espécie de porto livre para o narcotráfico e uma lista de crimes conexos, financiados por poderosos cartéis das drogas, Dom pretendia entender o impacto e a convivência dessa marginalidade com as comunidades da região, sobretudo as dos povos originários. Enquanto esteve no Brasil, Dom colaborou com jornais como *The Washington Post*, *The New York Times*, *Financial Times* e a agência de notícias Bloomberg. O jornalista viveu no Rio de Janeiro e em São Paulo antes de decidir viver em Salvador.

## Repercussão do assassinato veio imediatamente

» FABIO GRECCHI

Assim que a coletiva com os representantes das forças do Estado confirmou que foram encontrados restos mortais que podem ser de Dom Phillips e de Bruno Araújo Pereira, a repercussão foi imediata. Entidades ligadas à proteção do meio ambiente, políticos, veículos de imprensa e pessoas com grande número de seguidores nas redes sociais se manifestaram sobre o crime.

A União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), que fazia um estreito trabalho com Bruno de proteção das comunidades nativas, classificou o assassinato dos dois como um crime “político”. A Univaja compreendeu que o assassinato de Pereira e Phillips constitui um crime político, pois ambos eram defensores dos direitos humanos e morreram desempenhando atividades

em benefício de nós, povos indígenas do Vale do Javari, pelo nosso direito ao bem-estar e aos recursos naturais que são nosso alimento e garantia de vida”, afirmou a entidade.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tuitou sobre a descoberta de restos mortais que podem ser de Dom e Bruno. “É com enorme pesar que recebo a notícia de que foram encontrados os restos mortais do indígenista Bruno Araújo e do jornalista Dom Phillips. Em respeito às vítimas, à Amazônia e à liberdade de imprensa, espero que todos os criminosos envolvidos sejam punidos com o rigor da lei”.

O Observatório do Clima também lamentou a notícia: “É com tristeza e revolta que recebemos a notícia de que Bruno Pereira e Dom Phillips foram assassinados no Vale do Javari. Nossos pensamentos se



**O assassinato de Pereira e Phillips constitui um crime político, pois ambos eram defensores dos direitos humanos e morreram desempenhando atividades em benefício de nós\***

Trecho da nota de pesar da Univaja

voltam às famílias de ambos, numa dor que também é nossa”.

A Amazon Watch, outra organização não-governamental, disse que “estamos devastados com os assassinatos de Dom Phillips e Bruno Araújo e mandamos nossos profundos sentimentos às famílias. Eles puseram suas vidas em risco por uma honrada missão: proteger a Amazônia e defender os povos indígenas. O

trabalho deles prosseguirá”.

Repórter do *The Guardian* como Dom, o colega de reportagem Tom Phillips disse apenas: “Vá em paz, amigo”.

Os senadores Alessandro Vieira (PSDB-SE), Lela Barros (PDT-DF), Renan Calheiros (MDB-AL) e Eliziane Gama (Cidadania-MA) também se solidarizaram às famílias e manifestaram a revolta pelo homicídio dos dois. “O

assassinato bárbaro de Bruno e Dom é um atestado da falência do estado brasileiro. Nos falta tudo, inclusive capacidade de indignação, cada vez mais anestesiada pela sucessão de tragédias”, reagiu Alessandro.

Deputados como Alessandro Molon (PSB-RJ) e Jandira Feghali (PCdoB-RJ) também protestaram pelas redes sociais. “Estarecedora a notícia de que os corpos de Dom Phillips e Bruno Araújo foram esquecidos e incinerados! Revoltante dispor de vidas com requinte de crueldade. Quem cometeu os crimes? A mando de quem? Qual o motivo?”, observou Jandira.

O rapper Emicida e youtuber Felipe Neto também manifestaram indignação com os assassinatos. “É uma tristeza sem fim. Dom Phillips me entrevistou para o *The Guardian*. Uma pessoa amável, fantástica. Ele e Bruno Pereira foram brutalmente assassinados em

decorrência da falta de combate às práticas ilegais na Amazônia pelo atual governo”, destacou Felipe.

Dos pré-candidatos à Presidência, somente Luiz Inácio Lula da Silva prestou solidariedade. “A confirmação do assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips é uma notícia que causa dor e indignação. O que se exige agora é uma rigorosa investigação do crime. Bruno e Dom viverão na esperança de um mundo melhor”.

Veículos de imprensa — entre os quais *The Guardian*, *Sky News*, *BBC*, *Daily Mail*, *ABC News*, *Channel 4 News*, *DW News*, *Al Jazeera*, *CNN Internacional*, *The Washington Post*, *The New York Times*, *Wall Street Journal* e *The Telegraph* — ressaltaram o assassinato. Disseram, ainda, que a descoberta dos corpos só foi possível pela revelação do local de um dos acusados do crime, Amarildo da Costa Oliveira.

# Bolsonaro vê “descuido” de Dom

Segundo o presidente, jornalista era “malvisto” por causa de reportagens sobre o garimpo na região do Vale do Javari

» CRISTIANE NOBERTO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou, ontem, que Dom Phillips, cujos restos mortais podem ter sido encontrados ontem, no Vale do Javari (AM), junto com os do indigenista Bruno de Araújo Pereira, que o jornalista inglês era “malvisto” naquela região.

De acordo com Bolsonaro, a suposta impressão sobre Dom veio devido às reportagens que denunciavam casos contra garimpeiros e meio ambiente na região. O presidente também acusou o jornalista de ser descuidado por ter insistido em ir àquela parte da floresta amazônica.

“Esse inglês era mal visto na região, ele fazia muita matéria contra garimpeiro, a questão ambiental. Então, aquela região, que é bastante isolada, muita gente não gostava dele. Ele tinha que ter mais do que redobrado a atenção para consigo próprio”, afirmou Bolsonaro, em entrevista ao canal da jornalista Leda Nagle.

O presidente disse, também, que Dom e Bruno “resolveram entrar numa área completamente inóspita, sem segurança e aconteceu o problema”. O indigenista, porém, era conhecido pelas comunidades nativas do local e vinha trabalhando com ela há muito tempo.

O presidente reconheceu que o Vale do Javari é uma região na qual a presença do Estado é precária. “A gente não sabe se alguém viu e foi atrás dele. Lá tem pirata no rio, tem tudo o que se possa imaginar. É muito temerário andar naquela região sem estar devidamente preparado fisicamente, e também com armamento devidamente autorizado pela Funai”, destacou.



Presidente: “Estão me culpando agora por isso. Quando mataram a Dorothy Stang, ninguém culpou o governo. Era de esquerda. Mas tudo bem”

## Atuação oficial

Bolsonaro aproveitou para defender a atuação das autoridades na localização dos restos mortais de Bruno e Dom, bem como na elucidação do caso. “Desde o primeiro dia, domingo retrasado, estamos buscando essas pessoas na área, e não estamos tendo sucesso. Apareceram vestígios, pedaços de vísceras de corpo humano. Estão sendo feitos exames de DNA aqui em Brasília. Estranho terem pego esses caras e levados à margem do rio”, comentou.

O presidente ainda afirmou

estar sendo processado como se nada estivesse fazendo pela solução do crime. Segundo Bolsonaro, milhares de pessoas somem e ninguém se solidariza com elas — disse, dando a entender que existe uma campanha da imprensa que utiliza o episódio envolvendo Dom e Bruno para causar desgaste ao governo.

“Tem um parlamentar, um partido político, que quer me processar por não ter achado o cara. Olha, eu não sei ao certo, mas acho que em torno de 60 mil pessoas desaparecem no Brasil por ano, e não se preocupam. Imagina: não termos um

filho desaparecido, desapareceu como? O que fizeram com ele?”, indagou.

Ele também aproveitou para criticar a postura do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Roberto Barroso, que deu um prazo de cinco dias para que fossem passadas informações sobre o desaparecimento de Dom e Bruno. “Barroso, você podia me dar cinco dias para achar os 60 mil desaparecidos no ano passado e vem para cá dar umas dicas de como achar os desaparecidos e não apenas os dois que estão lá. Todos merecem a preocupação, dedicação e empenho da nossa

parte. É muito fácil”, criticou.

Bolsonaro também desviou o assunto ao citar que na morte da missionária Dorothy Stang, em 2005, durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva — seu principal adversário na atual corrida eleitoral —, o ex-presidente não foi responsabilizado.

“Desde o primeiro dia, domingo retrasado, a nossa Marinha estava em campo. Estão me culpando agora por isso. Quando mataram a Dorothy Stang, ninguém culpou o governo. Era de esquerda. Mas tudo bem, a gente vai fazer a nossa parte”, observou.

## Região tem longo histórico de assassinatos

O caso do jornalista Dom Phillips e do indigenista brasileiro Bruno de Araújo Pereira não chamou atenção do mundo para a violência na Amazônia Legal, que é marcada pela ação de organizações criminosas e ausência do poder público. A ele se juntam episódios de violência na região, como os assassinatos da missionária americana Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, e do ambientalista Chico Mendes, em dezembro de 1988, além de outros que não tiveram a mesma repercussão.

Para o historiador Ronilson Costa, coordenador nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o episódio no Vale do Javari expõe “o quanto o Estado

está ausente na região e como não há uma presença que dialogue com as demandas dos povos tradicionais”. Levantando a violência na Amazônia Legal, que é marcada pela ação de organizações criminosas e ausência do poder público. A ele se juntam episódios de violência na região, como os assassinatos da missionária americana Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, e do ambientalista Chico Mendes, em dezembro de 1988, além de outros que não tiveram a mesma repercussão.

Em janeiro deste ano, uma família de ambientalistas foi assassinada em São Félix do Xingu, no sudeste do Pará. José Gomes, conhecido como Zé do Lago, a mulher, Márcia Lisboa, e a filha adolescente do casal foram encontrados mortos na propriedade em que moravam, onde

desenvolviam trabalhos de proteção da floresta.

Em 2019, o colaborador da Fundação Nacional do Índio (Funai) Maxciel Pereira dos Santos foi morto a tiros em sua casa, em Tabatinga (AM). Ele fazia parte da Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari e, assim como Bruno e Dom, trabalhava no combate à extração de madeira, garimpo e pesca ilegais. O caso segue impune até hoje.

Ainda em 2019, Paulo Paolino Guajajara, guardião da floresta na Terra Indígena Ararabá, no Maranhão, foi assassinado a tiros. Ele fazia parte de um grupo de segurança no território e era responsável por denunciar invasores, conforme informações

do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

No ano anterior, Zezico Guajajara, outro líder que denunciava exploração ilegal de recursos na Terra Indígena Ararabá, também foi morto a tiros.

Em 2017, 10 trabalhadores sem-terra foram mortos por policiais militares na Fazenda Santa Lúcia, a 60km do município de Pau D’Arco, no Pará. Os suspeitos foram presos em 2018. Meses depois, o líder do acampamento sem-terra, Rosenildo Pereira de Almeida, também foi assassinado.

## Violência

Fontes apontaram que o

João Lou/AFP



Agentes da PF no Vale do Javari. Dificuldades para executar ações

“Foi solicitado crédito adicional ao Ministério da Economia para operações interagências no valor de R\$ 48.137.500,00, através do pedido SIOF 278032/9100, no bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental-ADPF 709/2020, tendo em vista

o avanço do desmatamento, da exploração de recursos naturais e de conflitos fundiários, a ajuda a compreender a dinâmica da violência na região. Outro fator seria a presença de facções de crime organizado, em constante disputa pelas rotas de tráfico de drogas.

O Brasil figura, atualmente, entre os primeiros de um ranking elaborado pela ONG Global Witness, que analisa os lugares mais perigosos para a atuação de defensores da terra e do meio ambiente. No ano passado, o país ocupou a quarta posição na lista em quantidade de ativistas da área vítimas de assassinatos.

## Câmara entra na investigação

» TAINÁ ANDRADE

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, em Plenário, a criação de uma comissão externa para acompanhar e definir providências sobre o desaparecimento e a morte de Dom Phillips e Bruno Araújo Pereira. A intenção também é de esclarecer sobre os crimes ambientais e de mortes que vêm crescendo na região.

O coordenador dos trabalhos será o deputado José Ricardo (PT-AM), responsável também por montar o grupo que irá ao Vale do Javari e por definir a agenda dos parlamentares. As datas para a comissão ir ao local ainda não foram definidas.

A proposta vinha sendo analisada na Câmara desde a semana passada, quando o líder do PT, Reginaldo Lopes (MG), entrou com o primeiro requerimento. Mas foi com o pedido apresentado na última terça-feira pela deputada Joênia Wapichana (Rede-RR), com mais 12 parlamentares, que a comissão foi aceita.

“Diante de toda a escalada de violência contra povos indígenas, apoiadores e protetores ambientais, a Câmara tem o dever de acompanhar esse caso. A invasão das terras indígenas envolve a presença de garimpos ilegais, madeireiros, narcotráfico. Devemos apontar soluções para fatos preocupantes e graves”, afirmou Joênia.

De acordo com o deputado Nilto Tatto (PT-SP), um dos deputados a assinar a lista do requerimento e indicado para participar da comissão, o fato de a criação do grupo de parlamentares ter sido aprovada em Plenário dá mais força. A comissão irá concentrar as denúncias que os parlamentares recebem de crimes na região e levará a Câmara a investigar, junto com as autoridades que já estão no Vale do Javari, o episódio da morte de Bruno e Dom.

“A criação irá facilitar o desempenho dos parlamentares que querem apurar o que, de fato, está acontecendo na região, porque concentra e providencia uma organização para fazer as audiências públicas. Vai ouvir todos os atores preocupados com o aumento da violência e a ausência da presença do Estado na região”, explicou.

## Othar externo

Já o deputado Tiago André (PSB-TO) entende que o momento é oportuno e estratégico para iniciar esse trabalho, já que a imprensa internacional está acompanhando o caso. “O que está por trás disso não é só um desaparecimento, envolve toda uma organização da República, investimentos em segurança. E há, inclusive, um estrangeiro”, observou.

Tatto sabe que a comissão não dá o poder de investigação de uma comissão parlamentar de Inquérito (CPI), mas “tem a capacidade de mobilizar os atores, de chamar, convidar, fazer os levantamentos e, a partir daí, sugerir políticas que podem ser adotadas do ponto de vista do Executivo, do Judiciário, como melhorar e atualizar a legislação”.

Enquanto a Câmara abre os trabalhos, o Senado, que aprovou sua comissão externa na última segunda-feira, anunciou a provável data para a definição do plano de trabalho. Na próxima segunda-feira, os senadores membros da comissão escolherão o presidente, vice-presidente e o relator do colegiado que irá produzir o relatório, para ser entregue em 60 dias.

A ideia dos senadores é obter subsídio para a abertura de uma CPI que investigará os crimes cometidos pela política indigenista adotada no governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), que levou ao aumento dos casos de violência na Amazônia e seguiu as omissões na proteção de ativistas ambientais.

## PF denuncia falta de recursos

A Polícia Federal relatou ao Supremo Tribunal Federal (STF) as “dificuldades” para o cumprimento de decisões da Corte no âmbito da ação que tratou do plano de contenção da pandemia da covid-19 em terras indígenas. Segundo o delegado Paulo Teixeira de Souza Oliveira, chefe do Serviço de Repressão a crimes contra comunidades indígenas e conflitos agrários, há “falta de logística necessária” e “de recursos financeiros para custear a estrutura operacional”.

No relatório datado de 10 de junho e juntado aos autos da ação em que o STF proferiu uma série de decisões sobre a proteção dos indígenas. As informações foram prestadas pela PF após a corporação ser instada pelo ministro Luís Roberto Barroso a informar “as dificuldades encontradas para a garantia da segurança das comunidades e cumprimentos cautelares” nas terras dos ananímias. Tal despacho se deu após a Corte ser provocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que alegou descumprimento

reiterado, pela União, de decisões prolatadas pelo STF.

## Plano de ação

No relatório apresentado ao STF, a PF sustentou que segue o Plano de Ação 7 Terras Indígenas, homologado parcialmente em agosto de 2020. Segundo a corporação, no âmbito do programa foi dada à corporação a missão de “intervir nas terras indígenas para cessar as atividades criminosas ali cometidas, a partir de levantamentos próprios e de demais interessados na ação”. Além disso, foi determinado que a corporação investigasse os autores de tais delitos, “relacionados com desmatamento, grilagem de terras e exploração mineral ilegal”.

De acordo com o delegado Paulo Teixeira, as “maiores dificuldades” da PF em cumprir as decisões dadas pelo STF com relação à proteção das terras indígenas está a falta de “meios logísticos necessários”, com necessidade de solicitação de apoio do Ministério da Defesa. “As tratativas com as Forças Militares se deram

no âmbito do Ministério de Defesa, o qual manifestou, desde o primeiro contato sobre o tema, ainda em 2020, concordância em colaborar com as ações previstas, desde que houvesse dotação orçamentária correspondente e esta fosse descentralizada ao Ministério da Defesa”, afirmou.

A PF exemplificou a situação com a ação que seria realizada, em maio de 2021, na Terra Indígena Mundurucu. Segundo o relatório, quando os agentes já estava em Jacareacanga (PA) veio “a informação de que o apoio do Ministério da Defesa não se concretizaria, em virtude de falta de orçamento”.

No documento, a corporação diz, ainda, que, em paralelo às tratativas com órgãos do governo Federal, foi feito pedido de suplementação orçamentária para a PF para “sanar as dificuldades enfrentadas pela instituição, em especial materiais e financeiros”. O montante solicitado seria para “custear despesas que órgãos parceiros porventura apresentem em futuras ações no combate a crimes ambientais”.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Brasil **Página:** 2 a 4